

FAZENDÁRIOS EM PAUTA



Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical)

Agosto 2021

Cidades e tributação inteligente: o futuro dos municípios

“Cidades e tributação inteligente. Soluções para a superação da crise” foi o tema da palestra de abertura do III Congresso Regional de Direito Municipal, com os procuradores de Curitiba (PR) Cintia Fernandes e Carlos Renato Cunha. O evento foi realizado totalmente on-line. Na sua fala, Cintia Fernandes enfatizou que o setor público tem que pensar numa cidade mais humanizada e em construção.

“Partindo da questão da pandemia, sabemos que a crise sanitária nos leva a novas demandas na cidade, uma metamorfose no município. Isso gera mais respostas que os cidadãos pleiteiam. Sendo assim, precisamos pensar em que tipo de cidade estamos lidando agora, na perspectiva de uma cidade em construção. Agora eu tenho que desenvolver a questão da inclusão territorial, ou então, a questão de cidades e meio ambiente ou a inclusão ambiental ou mais que isso. Afinal, com a pandemia, temos a questão da necessidade de informação e da necessidade de inclusão digital”, disse Cintia Fernandes.

Segundo ela, a premissa mais relevante, a partir da Onu e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é a “necessidade da sustentabilidade”, que na sua opinião, a partir da pandemia, ela se coloca comprovada e necessária. “A questão do aquecimento global é sem dúvida uma situação relevante, que precisa ser levada em consideração”.



Cintia Fernandes citou o livro “Mudança climática: os fatos como você nunca viu antes”. “Essa obra, de David Nelles, comprova que os campos climáticos são uma realidade e as cidades agora têm que se adaptar. As cidades deverão construir soluções de sustentabilidade, cuidar do aquecimento global e adaptar-se aos campos climáticos”.



Na sua palestra, ela citou o historiador israelense Yuval Noah Harari, que vem falando que a resposta à crise do coronavírus deve ser mais solidariedade. Ela lembrou que a partir da pandemia só resta falar da necessidade de solidariedade global, como disse o escritor, na sua obra ‘Nota sobre a pandemia’. “Temos que ter a certeza que estamos no mesmo barco e trabalhar a generosidade e a sabedoria. A solidariedade vem como marco das cidades inteligentes a partir do novo século. Harari fala da mudança e da capacidade de utilização da tecnologia da informação para a melhoria da cidade. Conectividade é fundamental”.

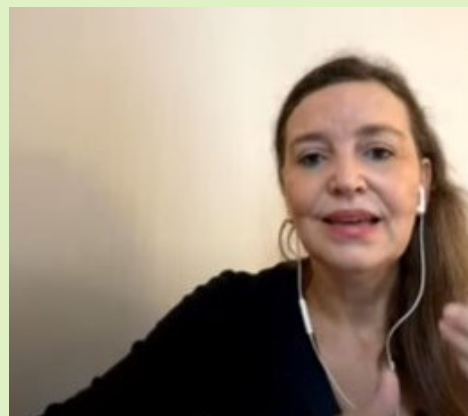
Com a pandemia, se coloca ainda a resiliência em destaque, na opinião de Cintia Fernandes. Ao citar outro livro de Yuval Harari, intitulado 21 lições para o século 21, ela reforçou a necessidade do talento e da adaptação às mudanças mais rápidas com a pandemia e utilizar a tecnologia da informação para benefício da cidade. “A perspectiva da conectividade é condição sine qua non. Aí perguntamos: os algoritmos podem fazer análises mais eficientes que nós?”

Ela disse que devemos abraçar a tecnologia de forma estratégica. “Além da inclusão digital, as cidades vão ter que pensar a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, a solidariedade (a questão da tributação progressiva, por exemplo), a resiliência e, agora, os algoritmos. A cidade inteligente precisa de um financiamento inteligente, que chamamos de *smart tech city*, e tudo isso parte da solidariedade e da tributação inteligente. Portanto, a cidade inteligente dá ao cidadão a qualidade de vida”.



“As cidades inteligentes são cada dia mais as que trabalham com dados, internet das coisas, taxas de coleta de lixo eficientes, partindo da solidariedade, da tributação inteligente e da tributação circular - fortalecendo as cidades brasileiras, dentro de uma estratégia de sustentabilidade”.

Cintia Fernandes



O procurador Carlos Renato Cunha disse que para viabilizar uma cidade inteligente é necessário pensar uma perspectiva mais humana e solidária. “Quando nós percebemos a questão da Reforma Tributária, me parece afrontadora da autonomia financeira, já que ataca as carreiras de estado e abre possibilidade de contratação de pessoas que não são do quadro”, pontuou.

“O Direito Tributário tem sofrido forte influência nos últimos anos, desde os anos 90. Há necessidade da consensualidade nas mudanças na administração pública para buscar o diálogo. **Em terra de economia digital, quem tem o ISS é rei.** Temos que pensar na praticabilidade tributária - administração tributária para buscar autonomia administrativa e buscar meios de simplificar as normas massivas, usando técnicas facilitadoras”

Carlos Renato Cunha



Conheça todas as palestras do III Congresso Regional Municipal

<https://www.congressoregionalmunicipal.com.br/>

<https://www.youtube.com/watch?v=bJfKEMr6b1k>

https://youtu.be/JMgKpcg_x_g

<https://youtu.be/lwhM3rGvCzI>

<https://youtu.be/bJfKEMr6b1k>



Senam debate temas tributários urgentes em meio à pandemia



Meios alternativos de resolução de conflitos na transação tributária; Desenvolvimento Regional e Reforma Tributária; Medidas Fiscais na Pandemia; Os Impactos da covid-19 na Arrecadação Tributária dos Países e Medidas de Política Tributária foram alguns temas debatidos, durante três dias, no XI Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal (Senam).

O evento, promovido pela Associação dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo (AAFITSP), reuniu 400 participantes e 23 painéis com as novas diretrizes para a gestão dos municípios, principalmente na questão fiscal. O Senam foi realizado totalmente on-line e o presidente da entidade, Rafael Aguirrezábal, durante a abertura, informou que os trabalhos apresentados para o Prêmio Senam, que foram destaque na banca examinadora, irão integrar o livro “Gestão Fiscal Municipal – Tributação, Orçamento e Gasto Público” - vol.8, que será publicado em parceria com a Editora Quartier Latin. “O livro já está pronto e será enviado a todos inscritos no XI Senam”.

Dois auditores fiscais, associados do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), participaram do seminário. Aline Luna achou bem interessante como conseguiram implementar a Mediação Tributária apresentada na palestra “Meios alternativos de Resolução de Conflitos”, por Cleide Pompermaier. “Utilizando os meios alternativos, conseguiram recuperar créditos quase perdidos”.

Ao participar da palestra sobre Julgamento Administrativo Virtual, Fred Cavalcanti relata que segundo Thiago Salvioni, subsecretário da Receita Municipal de SP, a aplicação de Inteligência Artificial tem sido fundamental para identificar a utilização irregular da alíquota mínima de 2%. “Por meio de técnicas de Machine Learning, a máquina faz essa verificação de forma automática, a partir do campo de descrição do serviço prestado”.



Aline Luna e Fred Cavalcanti comentaram sobre o Senam



Meios alternativos de resolução de conflitos, transação tributária, mediação e arbitragem

O debate, apresentado por Cleide Pompermaier, Ricardo Almeida e Tatiane Piscitelli, mostrou as últimas novidades em resolução de conflitos na área tributária. Cleide Pompermaier falou sobre a experiência de resolução de conflitos em Blumenau.

Ela relatou que o projeto começou por conta do grande número dos executivos fiscais na comarca. “Temos hoje na vara da Fazenda 67 mil executivos fiscais municipais, sendo que 25 mil processos são abaixo de R\$5 mil; 10 mil inscritos até a faixa que nós podemos transacionar, que é até 40 salários-mínimos, débitos inscritos até 2014, sendo que o contribuinte pode fazer isso apenas uma vez para não incentivar a inadimplência. Ele não pode estar respondendo a crime contra a ordem tributária ou condenado a esse título”.

Ao mostrar a iniciativa, ela contou que a operacionalização foi feita com o apoio da Procuradoria de Justiça e Ministério Público local. “Para dar o desconto ao contribuinte, consideramos: o tempo de



Na sequência,
Cleide Pompermaier,
Ricardo Almeida e
Tatiane Piscitelli



duração da ação, o histórico fiscal, a ausência de bens, hipossuficiência econômica do contribuinte e se há alguma doença grave na família, o risco do município em perder a ação e se esse risco é amparado por decisão de súmula, recurso repetitivo. Fizemos uma tabela com os requisitos. A transação é o término do litígio, por concessões mútuas, entre os participantes da medida: contribuinte e poder público”.



Pompermaier conta que tudo foi realizado numa mesa de transação, com prova. “Como fizemos com hipossuficiência? Nós, ouvimos o contribuinte, com o método de solução de conflitos, com escuta ativa. O contribuinte gosta de ser ouvido. Percebemos que foi essa a causa dos nosso sucesso em Blumenau. Esses acordos não são feitos sem nenhum critério, eles são provados. É aberto um processo administrativo com termo de audiência. De 2017 até o presente momento, com exceção do ano eleitoral, nós conseguimos realizar 1148 acordos, conseguimos baixar 1956 processos de execução fiscal e arrecadamos R\$ 2,9 milhões”.

Ricardo Almeida falou que a mediação surge como uma novidade. “Desde 2018, a Revista Brasileira de Direito Municipal defendeu a formação de concessão ao tributo para mostrar a perspectiva bilateral, horizontal e que quebra a visão de que o Direito Tributário é um dos últimos redutos do autoritarismo no plano das práticas de administração pública. A proposta é construir entendimento, com mediação e formação de consenso”. Ele citou o terapeuta Bert Hellinger, autor da tese das constelações familiares e empresariais, no âmbito da psicologia social e cognitiva, e a Escola de Harvard, com a Justiça Restaurativa.

Para Tatiane Piscitelli, há uma discussão, atualmente, de métodos adequados de resolução de conflitos em matéria tributária. “Hoje eu tenho esperança de ver implementada a arbitragem no Direito Tributário num tempo médio. Da minha perspectiva, a mediação e a arbitragem, quando a Cleide começou a citar, no seu município, estava dando a possibilidade aos cidadãos de resolverem as pendências de modo mais efetivo e mais célere. Isso faz parte do estado democrático de direito porque ele amplia a jurisdição. É preciso inserir esse debate num contexto mais amplo da discussão da Reforma Tributária”.